

# Competitividade internacional na comercialização de uvas frescas de Pernambuco

International competitiveness in the marketing of fresh grapes from Pernambuco

**Luís Abel da Silva Filho\***

URCA/UNICAMP, Brasil  
abeleconomia@hotmail.com

**Patrick Leite Santos\*\***

UFU, Brasil  
patrickeconomia@hotmail.com

**Jorge Luiz Mariano da Silva\*\*\***

UFRN, Brasil  
jdal@ufrnet.br

---

**Resumo.** O comércio internacional de *commodities* agrícolas sempre foi destaque na pauta das exportações brasileiras. O desempenho experimentado nas últimas décadas vem firmando o Brasil no cenário mundial de exportadores de produtos agrícolas para os países desenvolvidos e para aqueles em desenvolvimento. Uma variedade de produtos oriundos da agricultura nacional é destaque na pauta de exportações mundiais, dado pela competitividade apresentada pelo país nos últimos anos. Nesse sentido, este artigo busca analisar as exportações de uvas frescas do estado de Pernambuco em anos recentes. Os dados são oriundos do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE WEB), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para os anos de 1997 a 2016. Metodologicamente, revisa-se a literatura do comércio internacional e, em seguida, apropria-se da construção de indicadores clássicos de comércio exterior. Os principais resultados revelam que mesmo diante de um cenário de elevada competitividade internacional as exportações de uvas de mesa em Pernambuco mantiveram-se elevada ao longo dos anos analisados. O índice de vantagem relativa nas exportações foi significativo. Já a competitividade revelada mostrou-se mais sazonal, dado que em alguns dos anos estudados o estado não importou quantidade nenhuma ou valor insignificante foi importado. Diante dos resultados, pode-se afirmar que a uva de mesa tem relevante importância para o comércio internacional pernambucano e seu desempenho foi favorável em todos os anos em apreço.

**Palavras-chave:** Exportações de uva pernambucana, vantagens comparativas, competitividade revelada.

**Abstract.** The international trade in agricultural commodities has always been a highlight in the Brazilian export agenda. The performance experienced in the last decades has established Brazil in the world scenario of exporters of agricultural products to the developed countries and to those in development. A variety of products from the national agriculture is highlighted in the list of world exports, given the competitiveness presented by the country in recent years. In this sense, this article seeks to analyze the exports of fresh grapes from the state of Pernambuco in recent years. The data come from the Foreign Trade Information Analysis System (ALICE-WEB) of the Foreign Trade Secretariat (SECEX) of the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC) for the years 1997 to 2016. Methodologically, the literature on international trade is reviewed and then appropriated for the construction of classic indicators of foreign trade. The main results show that even in a scenario of high international competitiveness, table grapes exports in Pernambuco remained high throughout the analyzed years. The index of relative advantage in exports was significant. The competitiveness revealed was more seasonal, since in some of the years studied the state did not import any quantity or insignificant value was imported. In view of the results, it can be affirmed that table grapes have significant importance for Pernambuco's international trade and have performed well in all the years under review.

**Keywords:** Pernambuco grape exports, comparative advantages, revealed competitiveness.

---

\* Universidade Regional do Cariri. Rua Cel. Antônio Luís, 1161 - 63105-000, Pimenta - Crato, CE, Brasil.

\*\* Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, 38408-100, Uberlândia, MG, Brasil.

\*\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Av. Sen. Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, 59064-741, Natal, RN, Brasil.

## Introdução

A dinâmica comercial pode ocorrer de forma interna e externa, sendo esta definida pelo nível de desenvolvimento do meio produtivo, pela demanda e sua capacidade de oferta. Inicialmente, as nações desenvolvem o comércio com os territórios vizinhos, com os quais mantêm fronteiras terrestres e sem intermédios, a partir da comercialização de produtos com grau de vantagem em comparação a estes (Truman, 1975; Gonçalves, 1997; Arbache, 2003; Sarquis, 2011).

Com o aprimoramento crescente até o ponto de estagnação do comércio entre estas duas regiões inicia-se uma corrida em torno do desenvolvimento de novos parceiros comerciais. Estas se desenvolverão até extrapolar as fronteiras internas da nação, alcançando o nível externo, visto que o comércio internacional possui a capacidade de maximizar o bem-estar de nações distintas que mantêm relações comerciais entre si (Torstensson, 1991; Sapir, 1996; Correia; Rosa, 2006).

As relações econômicas entre países, a partir do processo de trocas comerciais, desenvolvem-se através de relações (acordos) que proporcionem desempenho satisfatório às economias envolvidas. Com isso, as relações econômicas dos países também resultam de boas relações diplomáticas entre eles. Acordos de comércios em todo o mundo permitem o desenvolvimento de relações econômicas ora consolidada pelas leis de livre comércio e ora afetadas pelas barreiras impostas, em caráter de proteção de mercado. Barreiras alfandegárias e fitossanitárias se destacam na proteção dos mercados em todo o mundo (Michaely, 1962; Neven, 1991; Bonelli; Hahan, 2000; Oliveira, 2003).

O Brasil se destaca no comércio mundial de *commodities* agropecuárias. Historicamente o país se consolidou no comércio mundial de produtos agropecuários, mesmo diante de elevadas barreiras impostas à produção nacional, em momentos de estreitamento de fronteiras comerciais. Ademais, a produção nacional necessitou passar por um processo acentuadamente elevado de inovação para

manter a fatia no mercado mundial e abastecer o setor internamente nos últimos anos.

Gasques *et al.* (2004), destacam que as inovações tecnológicas do setor de *commodities* no Brasil é responsável pela elevação da competitividade internacional. Esse setor experimentou aumento da produtividade sem que ocorresse elevação da área produzida nos anos observados pelos autores. Para eles, o avanço em pesquisas e o importante desempenho da Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (EMBRAPA) têm corroborado ganhos de produtividade do setor e, conseqüentemente, proporcionado melhores oportunidades no comércio internacional.

Jank *et al.* (2005) convergem com Gasques *et al.*, (2004). Para os autores, o destaque do Brasil no comércio internacional de *commodities* agrícolas, sobretudo, está diretamente relacionado ao aumento da produtividade do setor, diante do desenvolvimento de pesquisas e investimentos em tecnologias de ponta para que se eleve a produtividade, sem que seja necessário elevar a área produzida, proporcionalmente. Contudo, Jank *et al.* (2005) ainda destacam outras variáveis que motivaram sobremaneira a participação brasileira no comércio internacional. Esses autores ainda acreditam que a redução da intervenção estatal acoplada à abertura econômica e aos efeitos do Plano Real, também contribuiu positivamente para o desempenho.

Isso, pois, fez com que o Brasil se destacasse no comércio de *commodities* frente a outros setores nacionais. Ademais, a busca de aumento na competitividade, também via preço e qualidade, motivou um acentuado processo de migração locacional dentro do território brasileiro. Além disso, as regiões do vale do São Francisco e do vale do Açu foram beneficiadas, com o apoio do estado, para o cultivo da fruticultura irrigada desenvolvida na região Nordeste. Dentre essas culturas, destaca-se a de uvas frescas, que devido à especialização técnica do mercado pernambucano, principalmente no quesito irrigação, que foi desenvolvido, a partir das ações instituídas pelo governo

brasileiro, proporcionou um ambiente ideal, rico em água e sol, atrelado a inúmeras outras variáveis, como mão de obra abundante e barata, e maior proximidade com os mercados consumidores internacionais.

Nesse sentido, além da competitividade via inovação tecnológica, desenvolvimento de pesquisas e abertura de mercados, o destino de alguns segmentos de *commodities* foi ganhando espaço na busca pela elevação da competitividade, via especialização produtiva. A busca pela melhora da capacidade competitiva se tornou conceitualmente ampla nas relações comerciais com o exterior.

Diante disso, o artigo tem como objetivo analisar o desempenho e o nível de competitividade da uva de Pernambuco no comércio internacional, já que este vem apresentando resultados crescentes e promissores, principalmente na área de cultivo irrigado do Vale do São Francisco, sendo, pois, o principal exportador nacional. Para isso, utilizam-se dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE WEB), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para os anos de 1997 a 2016.

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, o mesmo distribui-se da forma que se segue: além destas considerações iniciais, na segunda seção, busca-se relatar algumas considerações acerca do comércio internacional brasileiro, sobretudo no setor de *commodities*, como embasamento teórico ao estudo; na terceira seção, tecem-se as considerações metodológicas feitas com o fito de proporcionar o suporte analítico ao trabalho; na quarta seção, objetiva-se analisar as taxas de crescimento das exportações totais e das exportações de uvas frescas de Pernambuco; na quinta seção, apresentam-se os resultados e discussões; e, na sexta seção, tecem-se algumas considerações finais.

## **Exportações brasileiras de *commodities* agrícolas: tendências nos anos 2000**

As exportações do setor agropecuário brasileiro têm mostrado desempenho acentuadamente satisfatório nos últimos anos da década de 1990 e no início dos anos 2000. A elevação das exportações com redução das importações, em termos de participação relativa, corroborou positivamente o saldo considerável da balança comercial do setor. Freitas (2014) aponta que entre 1997 e 2012, as exportações agropecuárias aumentaram de US\$ 16.660.265.678 para US\$ 83.238.875.504, oscilando sua participação relativa nas exportações totais do Brasil entre aproximadamente 23,0%, valor registrado em 2000, e 36,0%, valor registrado em 2009. Enquanto as importações elevaram de US\$ 5.847.492.130, em 1997, para US\$ 10.405.189.339, em 2012, mas reduziram sua participação relativa nas importações totais do Brasil, saindo de aproximadamente 10,0%, em 1997, para 5,0%, em 2012, chegando a atingir o mínimo de 4,0% em 2005, 2006, 2008 e 2010.

A dinamização das atividades agropecuárias do país, a partir do melhoramento da produção, diante do desempenho de novas tecnologias, vem colocando o Brasil em posição privilegiada no comércio internacional de *commodities* agrícolas. Ademais, o Brasil apresenta forte potencial de expansão das atividades comerciais para exportações, diante das perspectivas de crescimento do comércio mundial de *commodities* agrícolas. Consoante Jales (2014), o fluxo de produtos agropecuários importados pelo país, nos anos por ele analisados, era acentuadamente pequeno, corroborando os resultados de Freitas (2014), o que não se configura em problemas nas relações comerciais do setor. Adicionalmente, destaque-se o importante papel dado aos países em desenvolvimento nas relações comerciais, diante das configurações dos cenários econômicos dos últimos anos.

Ainda conforme Jales (2014) é importante destacar as condições em que se insere o país no comércio mundial agrícola. Enquanto as

exportações elevaram-se significativamente entre 1995 e 2004 (saíram de US\$ 13.639.870.578 para US\$ 27.918.743.743), as importações reduziram-se numa proporção ainda maior (saíram de US\$ 6.086.738.667 para US\$ 3.172.651.181) (Freitas, 2014). Com isso, tinha-se, pois, desempenho acentuadamente elevado no saldo comercial do setor, contribuindo, desta forma, para a geração de divisas para o país. Ademais, é, pois, oportuno destacar, que, ainda na visão do autor, as exportações de forma crescente não significaram nenhuma ameaça a segurança alimentar brasileira, haja vista que a oferta doméstica tinha se elevado substancialmente nos mesmos anos.

Rodrigues (2004) destaca que mesmo diante do desempenho considerável do Brasil no comércio mundial agrícola, deve-se considerar o protecionismo excessivamente elevado praticado por alguns países importadores. O autor destaca as tarifas elevadas praticadas, sobretudo, pelo Japão, União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA). Jales (2014) converge com o exposto, destacando a necessidade de políticas comerciais que permitam a comercialização sem os excessos de protecionismo praticado, sobretudo pelos países desenvolvidos.

Nesse sentido, atesta Carvalho e Silva (1995) que ações voltadas à proteção do mercado doméstico interferem significativamente sobre os preços. Quando a política é instituída para a elevação da competitividade internacional, caso de subsídios concedidos à produção, eles acabam por beneficiar produtores e assegurar maior capacidade de competição internacional. Quando se trata de tarifas alfandegárias elevadas, tem-se a proteção do mercado doméstico com redução do nível de concorrência e, conseqüentemente do bem-estar.

Um movimento que ocorreu de forma intensa nas décadas de 1990 e 2000 no intuito de fortalecimento da economia regional foi o da formação de blocos regionais de livre comércio. Na América do Sul, foi formado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, bloco do qual o Brasil faz parte, junto com a Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela (Feistel; Hidalgo, 2011). Essa foi e

continua sendo uma tentativa de fortalecer o comércio internacional via blocos econômicos e aprofundar as relações comerciais com países de fronteiras, a partir de acordos comuns.

Destaque-se, pois, políticas de todas as naturezas, quando se trata de relações comerciais, diante do quadro de concorrência internacional entre os países. Diante do exposto, a entronização da produção nacional no mercado mundial também deve contar com acordos legais de comércio que assegurem a competitividade internacional, sem a imposição de barreiras comerciais ilegais e injustas. Assim, a formação de acordos comerciais se desenvolve como uma forma de assegurar uma relação comercial entre os países envolvidos, com menores estratégias de ações protecionistas que visem a redução do nível geral de comércio, bem como a implementação de barreiras injustas e incoerentes à prática comercial externa.

A evolução das relações comerciais também vem se destacando no caso de constituição de novos mercados para o Brasil. Novos parceiros comerciais no segmento de *commodities* agrícolas permitem orientação da produção a novos mercados e assegura maior estabilidade quando se trata de períodos de crises ou de imposições alfandegárias e fitossanitárias acentuadamente excessivas. Essa nova conjuntura assistida nas relações comerciais brasileira tem proporcionado aumento de fatias de novos mercados, caso da China que vem se tornando parceiro comercial do Brasil nas últimas décadas (Coronel; Dessimon, 2007).

Feistel e Hidalgo (2011) mostram que a relação comercial entre o Brasil e a China se intensificou na primeira década do século XXI. Em 2000, de acordo com estes, a China era responsável pela aquisição de apenas 2,0% das exportações totais do Brasil, passando em 2009 a ser responsável por aproximadamente 13,3%, o que a deu o papel de principal parceiro comercial. Essa relação foi também benéfica para o Nordeste, como apontam os autores, onde a China era responsável por aproximadamente 1,7% das exportações em 2002, e passou a ser responsável por

aproximadamente 15,6% em 2010. Os dados apresentados pelos autores ratificam a posição chinesa na aquisição de produtos oriundos do Brasil e do Nordeste, em destaque.

A favorável conjuntura do comércio brasileiro no cenário mundial é parte de um conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da pesquisa e das ações incrementadas pelas empresas exportadoras. No entanto, considere-se, ainda, a conjuntura macroeconômica favorável, que se instaurou no país, a partir de 2005 (Cintra, 2005). Mesmo diante da crise econômica de 2008, os efeitos observados nas relações comerciais brasileiras podem ser considerados pontuais e sazonais, com recuperação acentuadamente rápida das exportações em setores que foram parcialmente atingidos.

Pela conjuntura ora abordada, percebe-se que o setor de exportação de uvas de mesa do estado de Pernambuco não pereceu aos efeitos da crise internacional, mesmo sem ter ficado incólume a ela. Os anos de 2004, 2009, 2012, 2013, 2014 e 2016 foram os anos da série que apresentaram variação negativa no comércio internacional de uvas desenvolvido pelo estado, como pode ser observado no gráfico 2. Todavia, é oportuno destacar que os anos de 2010 e 2011, seguintes à crise, mostraram recuperação das exportações, registrando variações positivas (25,1% e 1,7%, respectivamente).

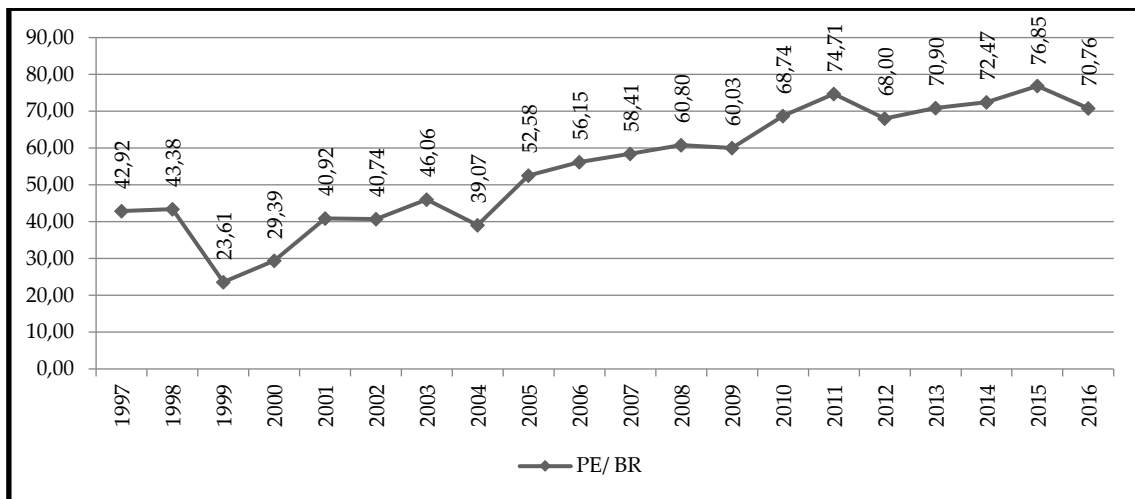
Feistel e Hidalgo (2011) mostram que nos últimos cinco anos da primeira década do século XXI, os produtos básicos, no qual a uva de mesa está inserida, foram responsáveis por aproximadamente 28,7% das exportações nordestinas totais, em média. Os resultados do índice de vantagem comparativa revelada, calculado pelos autores, mostram ainda que o único grupo que apresentou vantagem no comércio com a China no período foi o grupo dos produtos intensivos em recursos naturais, representados na análise pelo grupo de papel e celulose, o que é um sinalizador de que os produtos primários ainda são um dos pontos fortes no comércio internacional nordestino.

## Considerações metodológicas

Vários estudos abordaram a competitividade internacional de *commodities* brasileiras nos últimos anos, destacam-se Coronel e Dessimon (2007), Feistel e Hidalgo (2011), Albuquerque *et al.* (2013), Cunha Filho *et al.* (2004), Carvalho e Silva (1995; 2008), Carvalho (2001) e Coronel *et al.* (2007). Essas abordagens convergem no que se refere ao fato de ter-se elevado a participação das exportações brasileiras, resultado, sobretudo, dos processos de inovações tecnológicas desenvolvidos por pesquisas realizadas, além da abertura comercial assistida nos anos de 1990, bem como pela conjuntura macroeconômica favorável nacionalmente e internacionalmente a partir do ano de 2005 (Cintra, 2005).

*Commodities* agrícolas têm apresentado desempenho considerável no comércio internacional brasileiro. Este setor vem dando contribuição significativa na geração de receitas arrecadadas pelo país nos últimos anos. As *commodities* oriundas da lavoura temporária corroboram acentuadamente a dinâmica agrícola brasileira e preservam *ranking* especial nas exportações do país, dado a elevada competitividade no comércio internacional por elas alcançadas.

No que se refere à uva de mesa, o estado de Pernambuco tem significativa participação no comércio internacional, quando se consideram as exportações brasileiras do produto, como pode ser observado na Figura 1. Nele está exposto a participação do estado de Pernambuco nas exportações totais de uvas de mesa do país. Como destaque, a partir do ano de 2005, mais de 50,0% da uva exportada pelo Brasil saíram do estado pernambucano. Esses resultados mostram o importante papel atribuído à promoção de infraestrutura para produção e comercialização desta *commodities* pelo estado, resultado da iniciativa do Estado brasileiro no processo de ampliação da capacidade produtiva do país em áreas irrigadas.



**Figura 1.** Participação relativa das exportações de uvas de Pernambuco nas exportações de uvas do Brasil, 1997-2016.

**Figure 1.** Relative participation of exports of grapes from Pernambuco to exports of grapes from Brazil, 1997-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC (2016). Nota: os dados referentes as exportações de uva de mesa contemplam todo o período de 1997 a 2016; os dados para a uva estão todos disponíveis, anualmente, inclusive, constam todas as informações para o ano de 2016.

É, pois, o estado em tela o maior exportador nacional e sua liderança tem sido expressiva na última década. Com produção irrigada, o vale do São Francisco tem se destacado na produção brasileira e nas exportações de produtos oriundos da agropecuária. Diante disso, este artigo analisa o estado em apreço e a uva de mesa quanto produto a ser estudado.

Tem-se, neste artigo, a competitividade tratada como a variação da participação do estado de Pernambuco no comércio internacional de uvas de mesa. Balassa (1965) orientou investigações acerca da Vantagem Comparativa Revelada nas exportações de um país, na exportação de um produto, através de informações sobre sua capacidade de comercializar internacionalmente ao longo dos anos. Posteriormente, Vollrath (1989) acrescentou à análise, a competitividade revelada.

Apoiando-se nesses pressupostos, este artigo busca analisar a vantagem comparativa revelada nas exportações e a competitividade revelada do estado de Pernambuco, na comercialização de uva de mesa no período de 1997-2016<sup>1</sup>. A escolha do estado e do produto se deram pelo fato de ser o Pernambuco o maior exportador de

uva de mesa do Brasil, com aproximadamente 70,0% da receita total com exportações de uva, de 2010 a 2016; e, a uva ser um dos principais produtos de origem agrícola exportado pelo estado.

Ademais, para alcançar o objetivo proposto será necessário o uso de três índices distintos. O primeiro, desenvolvido por Verdoorn (1960), identificará a existência de comércio intra-industrial (CII), também chamado de intra-setorial, ou comércio inter-regional (CIE), também denominado inter-setorial, da região. Para tanto, utiliza-se a expressão:

$$V_{i,t} = \left( \frac{X_{i,t}}{M_{i,t}} \right) \quad (1)$$

Onde,

$X_{i,t}$  = Exportações de um setor  $i$  de uma região definida em um período  $t$ .

$M_{i,t}$  = Importações de um setor  $i$  de uma região definida em um período  $t$ .

O índice varia de zero ao infinito, de acordo com a relação entre a quantidade importada e a exportada. Caracteriza-se como CII quando se aproxima da unidade, e

<sup>1</sup> Os índices foram construídos com dados 1997 a 2016. Porém, esse último ano, os dados são de janeiro a novembro, devido a não disponibilidade dos dados do

mês de dezembro de 2016, referentes a balança comercial brasileira.

como CIE quando se aproxima de seus extremos, no caso 0 e  $\infty$ .

Em seguida, aplicar-se-á o índice de especialização comercial, proposto por Balassa (1965). Aplicando-o a determinado setor da economia de uma região é possível identificar qual o tipo de relação comercial esta região exerce, se CII ou CIE. Utiliza-se a fórmula abaixo,

$$B_{i,t} = \left[ \frac{|X_{i,t} - M_{i,t}|}{(X_{i,t} + M_{i,t})} \right] \quad (2)$$

Onde, assim como no índice de Verdoorn,  $X_{i,t}$  = Exportações de um setor  $i$  de uma região definida em um período  $t$ .

$M_{i,t}$  = Importações de um setor  $i$  de uma região definida em um período  $t$ .

O resultado do índice varia entre 0 e 1. Quando zero, significa que a região estudada possui integração com o mesmo setor de outros países, neste caso, tem-se CII, enquanto quando unitário, significa que a região exerce apenas uma das funções, ou exportador ou importador do produto, caracterizando-se o CIE.

Para a construção do indicador de vantagem comparativa revelada nas exportações faz-se necessário obter-se informações acerca das exportações de um país, em um determinado período estabelecido. Destarte, para se observar as vantagens comparativas reveladas nas exportações de uva em Pernambuco, faz-se, pois necessário o uso da expressão que se segue:

$$IVCRE_{ki} = \ln \left[ \frac{\left( \frac{X_{ki}}{X_{kr}} \right)}{\left( \frac{X_{mi}}{X_{mr}} \right)} \right] \quad (3)$$

O resultado algébrico dessa expressão corrobora a hipótese de vantagem comparativa revelada nas exportações de um produto por um determinado país ou região. Com isso, tem-se que:

$X_{ki}$  = exportações de uvas do estado de Pernambuco;

$X_{kr}$  = exportações de uvas de todo o Brasil (-) exportações de uva de Pernambuco;

$X_{mi}$  = Ao agregado de todos os produtos exportados pelo estado de Pernambuco (-) as exportações de uvas;

$X_{mr}$  = Ao agregado de todos os produtos exportados, (-) as exportações de uvas, pelo Brasil, (-) as exportações de Pernambuco.

Conforme o índice tem-se, que: se  $IVCRE = 0$ , denota-se, assim, que, as exportações de uva  $ki$  no total das exportações  $X$  de Pernambuco  $i$ , corresponde ao mesmo observado nos demais estados brasileiros, e, com isso, tem-se a neutralidade do estado nas exportações de uvas. Destarte, nem apresenta vantagem nem desvantagem nas exportações do produto em tela. Se,  $IVCRE > 0$  Pernambuco apresenta vantagem nas exportações de uvas. Porém, se  $IVCRE < 0$  tem-se o caso contrário (Balassa, 1965).

No que concerne à competitividade revelada, utilizam-se informações acerca das importações do estado de Pernambuco para a construção do indicador. Assim, captam-se os registros tanto relativos às exportações quanto às importações de uvas de mesa do estado do para o cálculo do índice. O índice é calculado da forma que se segue:

$$ICR_{ki} = \ln \left[ \frac{\left( \frac{X_{ki}}{X_{kr}} \right) \left( \frac{M_{ki}}{M_{kr}} \right)}{\left( \frac{X_{mi}}{X_{mr}} \right) \left( \frac{M_{mi}}{M_{Mr}} \right)} \right] \quad (4)$$

$M_{ki}$  = importações de uvas do estado de Pernambuco;

$M_{kr}$  = importações de uvas de todo o Brasil (-) importações de uva de Pernambuco;

$M_{mi}$  = Ao agregado de todos os produtos importados pelo estado de Pernambuco (-) as importações de uvas;

$M_{mr}$  = Ao agregado de todos os produtos importados, (-) as importações de uvas, pelo Brasil, (-) as importações de Pernambuco.

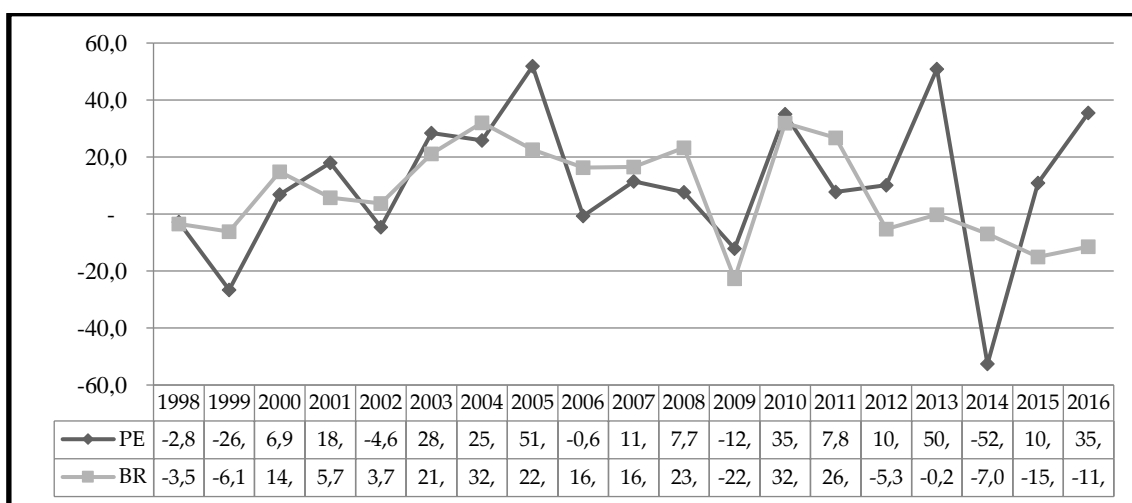
A partir dos resultados, tem-se que: se  $ICR = 0$ , tem-se neutralidade do estado de Pernambuco nas exportações de uvas em relação ao resto dos estados do país; com

$ICR > 0$ , o estado apresenta competitividade revelada na comercialização de uvas em relação aos demais estados do Brasil; e, se  $ICR < 0$ , tem-se o caso contrário (Vollrath, 1989).

De posse dos índices é possível observar o comportamento das exportações de uvas de mesa do estado de Pernambuco no comércio internacional ao longo dos anos em apreço. Ademais, pode-se inferir acerca da inserção da produção de uva do estado e suas relações com o mercado externo, em um contexto de aproximação geográfica, bem como captar efeitos sazonais das exportações para o resto do mundo.

### Taxa de crescimento das exportações pernambucanas nos anos de 1997 a 2016

O desempenho das exportações pernambucanas mostrou-se significativo e mais volátil do que as exportações brasileiras ao longo dos anos observados, como pode ser observado na Figura 2, que apresenta as taxas de crescimento das exportações totais do Brasil e de Pernambuco, nos anos de 1998 a 2016.



**Figura 2.** Taxa de crescimento das exportações totais do Brasil e de Pernambuco (1997=100), 1998-2016.

**Figure 2.** Growth rate of total exports of Brazil and Pernambuco (1997 = 100), 1998-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC (2016). Nota: a taxa de crescimento de 2016 foi calculada utilizando-se dados do Brasil apenas de janeiro a novembro de 2016 devido a não disponibilidade dos dados do mês de dezembro de 2016 para a balança comercial do país.

Nos dois últimos anos da década de 1990, 1998 e 1999, registrou-se crescimento negativo em ambos os recortes geográficos: de -2,8% e -26,6% para o Pernambuco, e de -3,5% e -6,1% para o Brasil, respectivamente, quando a taxa de câmbio brasileira se tornou flutuante. Ademais, no ano de 2002 é possível observar crescimento negativo para o estado do Pernambuco e baixo crescimento para o Brasil, influenciado por vários eventos ocorridos no cenário nacional e internacional, entre eles: Instabilidade política do país, devido à ascensão de um governo de esquerda ao poder, nunca antes

registrado na república brasileira, o que provocava uma desconfiança dos mercados internacionais elevada; e a crise econômica da Argentina, importante parceiro comercial do Brasil e componente do MERCOSUL<sup>2</sup>. Em 2006, também se registrou queda na taxa de crescimento, embora pequena, diante do bom crescimento das exportações brasileiras, em 2005, seguida pelo estado ora em análise.

Em 2009, a crise econômica vivenciada, em 2008, repercutiu negativamente no comércio internacional brasileiro, registrando a terceira maior variação

<sup>2</sup> As exportações do Brasil para a Argentina reduziram aproximadamente 53,2% de 2001 para 2002, provocando a queda da Argentina da segunda

colocação para a sexta em termos de participação relativa nas exportações brasileiras (Brasil, 2003).

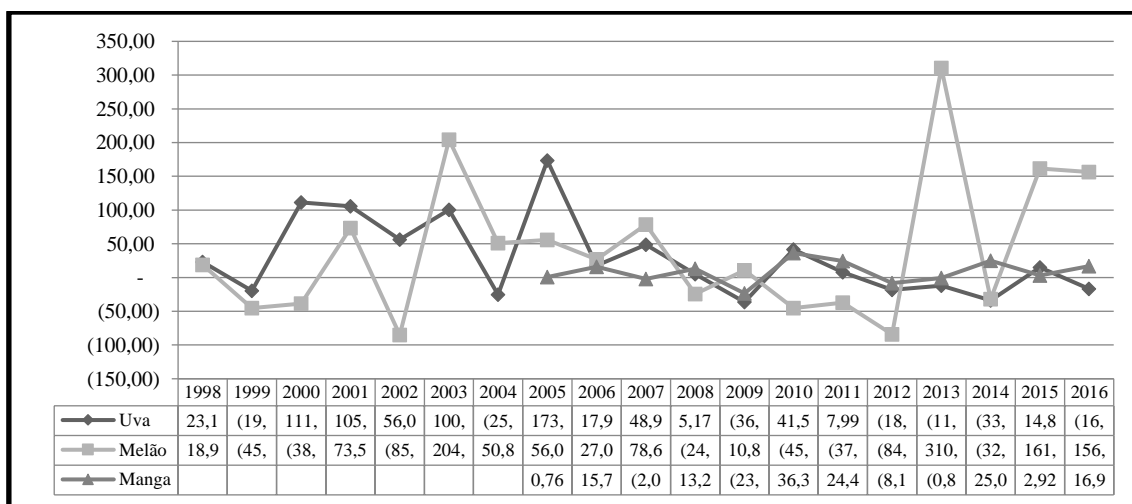


negativa nas exportações pernambucanas, atrás de 1999 e 2014. A recuperação das taxas de crescimento das exportações pernambucanas foi observada, logo em 2010, com relativa redução nos anos que se seguiram, assim como para o Brasil. Em 2012, registrou-se para o Pernambuco crescimento de 10,0% nas exportações do estado, em relação ao ano anterior, e novo boom em 2013. Só em 2014 o Pernambuco sentiu os resultados negativos, que já eram registrados para o Brasil desde 2012.

No que se refere às taxas de crescimento das exportações de uvas de Pernambuco, gráfico 3, as oscilações foram relativamente disparelhas do observado no mercado. Os anos de 1999, 2004, 2009 e 2012, 2013, 2014 e 2016 registraram taxas de crescimento negativas, em magnitudes diferenciadas. Foi, pois, no ano de 2009, que se registrou a maior variação negativa das exportações de uvas de Pernambuco (36,3%). A contração do consumo de alguns produtos brasileiros, diante da crise econômica internacional, foi

visível no ano seguinte a ela. O setor de *commodities* agropecuárias nordestino foi afetado com a crise de 2008, consoante estudos de Silva Filho e Queiroz (2011), foi esse o único setor a dar sinais de impactos da crise econômica sobre a economia da região, sendo perceptível pela dinâmica do mercado de trabalho e na queda das exportações.

Ademais, é oportuno destacar que, apesar de ter-se registrado crescimento expressivo de outras *commodities* como o melão e a manga, sendo essa última exportada a partir do ano de 2004, somente; as taxas de crescimento nas exportações de uva são significativas em alguns anos e seguem o dinamismo de outras frutas em ascensão nas exportações, firmando a como uma, entre as principais frutas exportadas pelo estado (ver Figura 3). Isso, pois, mostra a importância das *commodities* ora estudada na pauta de exportação ao longo dos anos.



**Figura 3.** Taxa de crescimento das exportações de uvas frescas de Pernambuco (1997=100), 1998-2016.

**Figure 3.** Export growth rate of fresh grapes from Pernambuco (1997 = 100), 1998-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC, 2016. Nota: os dados referentes às exportações de manga só estão disponíveis a partir do mês de agosto de 2003, dessa forma, para não ocorrer viés na análise, só foram considerados para este produto os dados gerados a partir de 2004.

Ademais, o ano de 2005 mostra o bom desempenho no que se refere ao crescimento das exportações de uvas. Isso, pois, é resultado do aumento da demanda internacional, adicionado ainda o aumento dos preços de *commodities* no mercado internacional (Cintra, 2005). Porém, é oportuno destacar que, mesmo diante das

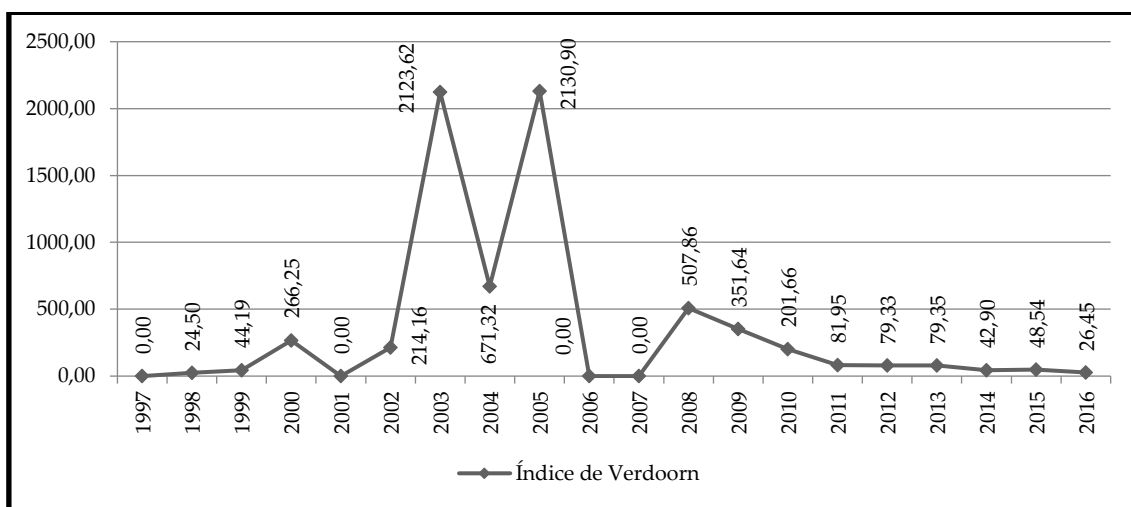
oscilações do comércio internacional de uva pernambucana, na maioria dos anos, o crescimento mostrou-se vigoroso, e com crescimento superior aos demais produtos comercializados pelo estado. Destaque-se, contudo, as variações negativas registradas a partir de 2012 e sua persistência em quase todos os anos seguintes para a uva, bem

como as demais frutas plotadas no gráfico, embora menos expressivas para manga e melão, tendo variações positivas e substanciais em alguns anos.

## Resultados e discussões

Analisando-se a Figura 4 observa-se que não ocorre em nenhum dos anos estudados o resultado unitário. Lobejón Herrero (2001) explica que o resultado unitário no índice indica a existência de integração total entre duas regiões, e, portanto, a ocorrência de CII, que seria a troca equivalente entre duas

regiões em um mesmo setor, se identificando uma integração total entre eles. No caso da uva pernambucana observa-se a incidência de valores muito acima da unidade ou estagnadas em zero. Isto significa que o comércio da uva do Pernambuco ocorre de forma CIE, o que implica na existência de uma troca entre setores diferentes (Lobejón Herrero, 2001). Isso reflete, pois, a posição que o estado tem assumido no comércio mundial de uvas de mesa e seu destaque nas exportações ao longo dos anos observados.



**Figura 4.** Índice de Verdoorn para o comércio internacional de uvas frescas de Pernambuco, 1997-2016.

**Figure 4.** Verdoorn index for the international trade of fresh grapes from Pernambuco, 1997-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC (2016).

Em quatro dos anos analisados, 1997, 2001, 2006 e 2007, se registra zero no índice. A incidência do zero ocorre quando não se é registrado exportação ou importação do produto ou os dois ao mesmo tempo (Lobejón Herrero, 2001). No caso estudado não foram registradas importações, o que corrobora a informação de um CIE. No restante dos anos, registra-se a ocorrência tanto de exportações quanto de importações, porém, em quantidades diferentes, não atendendo as exigências para um CII. Destacam-se os anos 2003, 2004 e 2005, neles o volume de exportações foi acentuadamente maior que as importações, alcançando altos valores no índice, registrando-se em 2003 e 2005 um volume de exportações 2000 vezes maior que as importações.

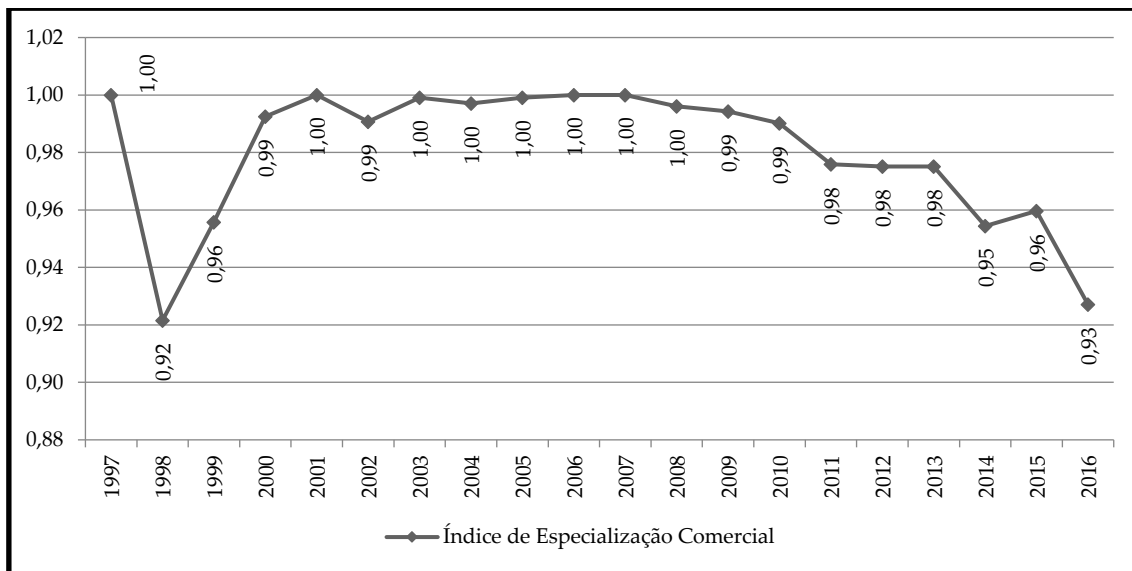
Enquanto o índice de Verdoorn permite a identificação do tipo de comércio realizado

por determinada região de acordo com a diferença entre as exportação e importações de um determinado setor, o índice de especialização comercial é utilizado para se identificar o grau de especialização da região no setor apontado (Lobejón Herrero, 2001). Os resultados são significativos e positivos para o estado de Pernambuco, haja vista que o mesmo apresentou valores significativamente superior das exportações em relação às importações de uvas de mesa nos anos em apreço.

Observa-se, na Figura 5, que o índice varia entre 0,92 e 1,00 no período analisado. De acordo com Lobejón Herrero (2001), essa movimentação distante do valor nulo significa que a região apenas exporta muito ou importa muito determinado produto para determinada região, ocorrendo o primeiro para o caso da uva pernambucana. Quando isso ocorre, pode-se afirmar que é

um caso de CIE, o que significa que não existe uma troca equivalente de produtos entre duas regiões diferentes para um mesmo setor. Isso significa que o Pernambuco se especializou na produção de uva, reduzindo drasticamente sua

importação no setor, destacando-se assim suas exportações sobre as importações. O comércio é realizado, no caso, entre setores distintos a fim de se alcançar o equilíbrio da balança comercial.



**Figura 5:** Índice de especialização comercial em uvas frescas: Pernambuco, 1997-2016.

**Figure 5.** Index of commercial specialization in fresh grapes: Pernambuco, 1997-2016.

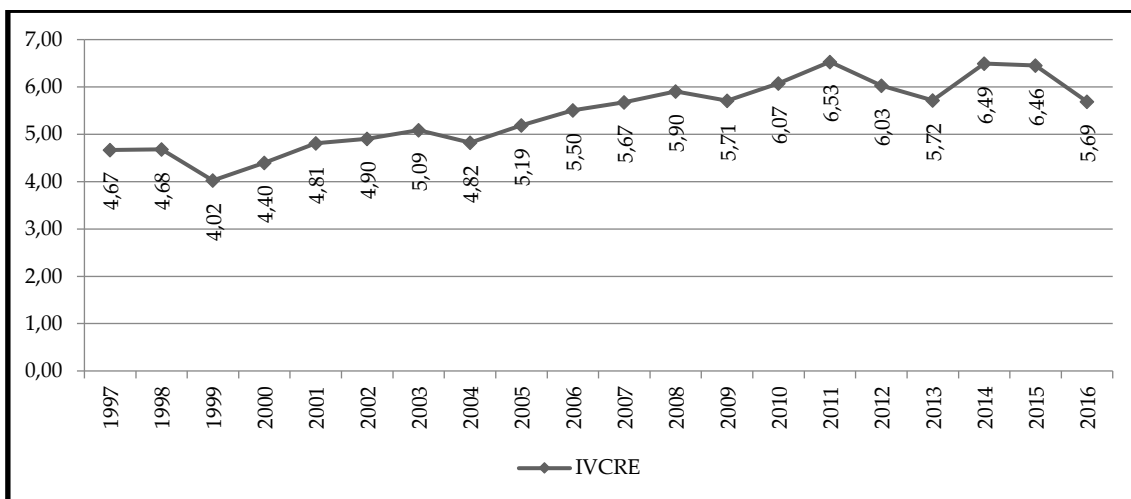
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC (2016).

Durante o período analisado, apenas em 1998 e 1999 observa-se um maior distanciamento da média de toda a série, porém, muito tímido. Esse distanciamento ocorreu devido à redução da diferença entre a quantidade exportada e a importada de uvas de mesa pelo estado, destacando-se nos dois casos a elevação das importações frente às exportações, mas ainda muito pequenas, não sendo suficiente para se caracterizar como um caso de CII. Isso, pois, pode ter sido resultado da dinâmica inicial do câmbio flutuante registrado a partir daí.

No que se refere às vantagens comparativas reveladas das exportações de uvas de mesa do estado de Pernambuco, o índice acusa vantagem em todos os anos observados. Cabe, pois, destacar que há uma

tendência de crescimentos do índice em toda a série observada. Destarte, as vantagens apresentadas pelo estado ora observadas estão sendo ampliadas no comércio internacional anualmente, conforme pode ser notificado nos registros plotados na Figura 6.

Conforme observa-se, o indicador sai, pois, de uma ordem de 4,67, em 1997; registra seu maior valor, em 2011, (6,53), e se reduz levemente para 5,69, no último ano em observação. O bom desempenho do mercado internacional para as uvas de mesa pernambucanas é, pois, confirmado a partir da construção do índice de vantagens comparativas reveladas, conforme orientação de Balassa (1965).



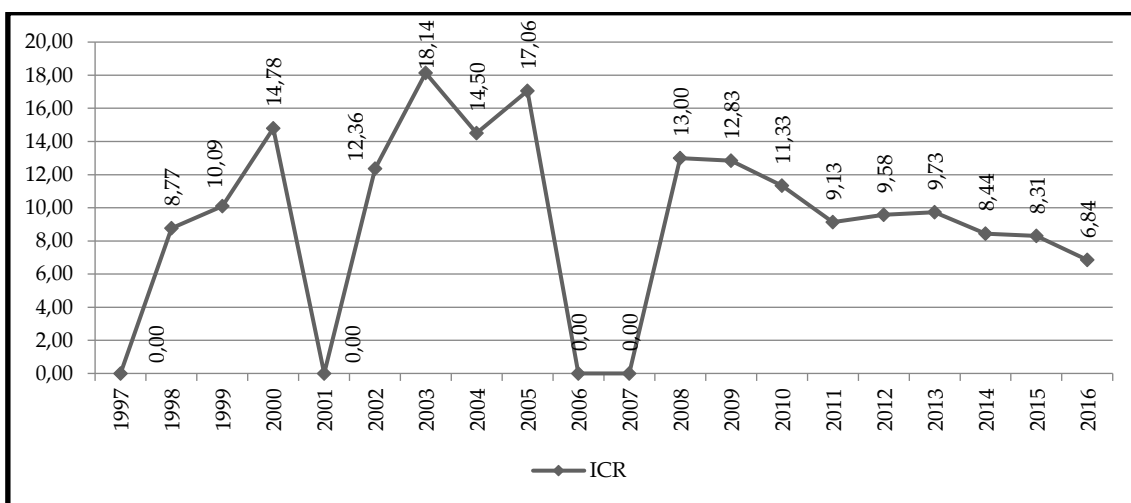
**Figura 6.** Índice de vantagem comparativa revelada nas exportações de uvas frescas: Pernambuco, 1997-2016.

**Figure 6.** Index of comparative advantage revealed in exports of fresh grapes: Pernambuco, 1997-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC (2016).

No que se refere à competitividade revelada, também se pode observar na Figura 7 a existência da mesma. Em apenas quatro anos o indicador foi igual à zero, sendo, pois, justificado pela ausência de importações de uvas pelo estado de

Pernambuco nos anos de 1997, 2001, 2006 e 2007. Nesses anos, o estado não registrou nenhuma entrada de uva importada, o que fez o indicador tornar-se nulo.



**Figura 7.** Índice de competitividade revelada na comercialização de uvas frescas: Pernambuco, 1997-2016.

**Figure 7.** Competitiveness index revealed in the commercialization of fresh grapes: Pernambuco, 1997-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC (2016).

Ademais, percebe-se, que, a partir do índice de competitividade revelada, o estado de Pernambuco é significativamente competitivo no setor. De fato, a produção de fruticultura irrigada, sobretudo de uvas para exportação, tem melhorado o desempenho pernambucano no comércio

internacional que aqui se traduz nas vantagens ora observadas com as exportações de uvas frescas.

## Considerações finais

A dinâmica do comércio internacional sempre ocupou espaço significativo nos debates da teoria econômica. A forma como um setor ou um país se insere no comércio internacional perpassa a lógica dos mercados e adentra a questões centrais do comércio exterior. A competitividade via preço, aproximação geográfica e qualidade dos produtos, bem como acordos bilaterais ganham destaque nos estudos de comércio interacional em todo o mundo. O objetivo deste artigo foi analisar a inserção de uvas de mesa pernambucana no comércio internacional.

Pela metodologia analisada, foi possível constatar significativo desempenho nas exportações de uvas oriundas do estado em tela. Em termos de especialização comercial, foi visível o destaque do estado no comércio internacional do produto. Ademais, é pertinente destacar que Pernambuco, a partir de 2010, foi responsável, em média, por aproximadamente 70,0% das exportações de uvas saídas do Brasil. Valor acentuadamente considerável, quando se observa que somente uma unidade da federação apresenta uma capacidade de comercializar um produto nestes termos.

Adicionalmente, destaque-se que as exportações em elevadas quantidades não são acompanhadas por importações em proporções semelhantes. Não há trocas bilaterais entre o estado e o resto do mundo com o mesmo produto. O que se tem, perante os dados, é entrada significativamente reduzida de uvas importadas pelo estado, enquanto as exportações são destaques na geração de receitas. Isso implica, também, que a demanda interna é suprida pelo próprio mercado brasileiro, em sua grande maioria.

O indicador de vantagem comparativa revelada comportou-se positivo e elevado ao longo dos anos em apreço. Isso releva o desempenho acentuado do setor na pauta de exportação do estado, diante do comércio internacional por ele praticado. Além disso, pode-se observar que sua capacidade comercial é a maior entre os estados brasileiros, sendo ele responsável por fatia absoluta do comércio internacional de uvas,

quando comparado aos demais estados da federação.

No que é pertinente à competitividade revelada, os resultados mostraram-se significativos na grande maioria dos anos em análise. Os resultados nulos foram registrados, porém, nos anos em que Pernambuco nada importou de uvas de mesa. Ou seja, os resultados também sugerem que além de ser um exportador potencial, Pernambuco ainda atende a demanda doméstica com sua produção. Outrossim, não é possível, pelos dados utilizados, saber se há ou não relações comerciais entre o estado em apreço e os demais estados do país, podendo, assim, haver a possibilidade do mercado pernambucano ser abastecido por outra unidade federada.

Pelo exposto, percebe-se a importante participação da uva pernambucana na aquisição de receitas ao longo dos anos e seu expressivo potencial de comercialização externa. Outros estudos, utilizando-se de outras metodologias, poderão analisar o domínio do mercado e sua capacidade de interação com outros setores da mesma linha. Contudo, aqui foi possível analisar o objetivo ao qual se propôs.

## Referências

- ALBUQUERQUE, D. P. de L.; KHAN, A. S.; LIMA, P.V.P.S.; CARVALHO, E. B. S. 2011. A competitividade externa da amêndoa de castanha de caju brasileira no período 1990 a 2007. In: CARVALHO, E. B. S.; TROMPIERI, N.; OLIVEIRA, J.; NASCIMENTO, C.; JUVENAL, F. (orgs.). *Economia do Ceará em Debate 2010*. 1ed. Fortaleza: Imprensa do Governo do Ceará. p. 1-25.
- ALICEWEB. 2017. *Estatísticas diversas*. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp>. Acesso em: mar. 2017.
- ARBACHE, J. S. 2003. Comércio internacional, competitividade e mercado de trabalho: algumas evidências para o Brasil. In: CORSEUIL, C. H.; KUME, H. A abertura comercial brasileira nos anos 1990. 115-167.

- BALASSA, B. 1965. Trade liberalization and revealed comparative advantage. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, 33(2): 99-123.
- BONELLI, R.; HAHN, L. 2000. *Resenha dos estudos recentes das relações comerciais brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para Discussão, 708).
- BRASIL. Banco Central do Brasil. 2003. *Focus*. Balança Comercial em 2002 e Perspectivas para 2003. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/gci/focus/x20030225-balan%C3%A7a%20comercial%20em%202002%20e%20perspectivas%20para%202003.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2003.
- CARVALHO, A. M. 2001. Políticas públicas e competitividade na agricultura. *Revista de Economia Política*, 21(1): 117-140.
- CARVALHO, A. M.; SILVA, C. R. L. 1995. Políticas agrícolas dos países desenvolvidos. *Informações econômicas*, São Paulo, 25(1): 1-112.
- CARVALHO, A. M.; SILVA, C. R. L. 2008. Mudanças na pauta das exportações agrícolas brasileiras. *RER*, Rio de Janeiro, 46(1): 53-73, jan/mar.
- CINTRA, M. A. M. 2005. Suave Fracasso – a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. *Revista Novos Estudos*, 73(1): 39-56.
- CORONEL, D. A.; DESSIMON, J. A. 2007. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional da soja brasileira em relação a China. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, Londrina. *Anais...* Piracicaba: SOBER.
- CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; DUTRA, A. S. 2007. Os modelos de equilíbrio parcial como apoio à tomada de decisão no agronegócio brasileiro: uma análise a partir dos modelos de vantagens comparativas reveladas e orientação regional. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, Londrina. *Anais...* Piracicaba: SOBER.
- CORREIA, A.; ROSA, R. 2006. *O comércio internacional*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra/Departamento de Engenharia Civil.
- CUNHA FILHO, M. H. C. PETRUS, J. K. B.; FREITAS, S. H. A. 2004. Análise econométrica do mercado de exportação de amêndoa de castanha de caju (ACC) no Rio Grande do Norte. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá. *Anais...* Piracicaba: SOBER.
- EMBRAPA. 2004. *Cultivo da videira: mercado, comercialização, custos e rentabilidade*. Embrapa Semi-Árido, Sistemas de Produção. Disponível em: <[http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/sistema\\_producao/spuva/comercializacao.html](http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/sistema_producao/spuva/comercializacao.html)>. Acesso em: 25 fev.
- FEISTEL, P. R.; HIDALDO, A. B. 2011. O intercâmbio comercial Nordeste-China: desempenho e perspectivas. *Revista Econômica do Nordeste*, 42(4): 761-778.
- FREITAS, R. E. 2014. A agropecuária na balança comercial brasileira. *Revista de Política Agrícola*, 23(2):77-90.
- GASQUES, J. G. 2004. *Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil*. Brasília: IPEA. (Texto para discussão, 1009).
- GONÇALVES, R. 1997. A teoria do comércio internacional: uma resenha. *Economia Ensaios*, 12(1): 3-20.
- JALES, M. Instituto de estudos do comércio e negociações internacionais (ICONE). Relatório de pesquisa, abril de 2014. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- JANK, M. S. et al. 2004-2005. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, 64: 14-27.
- LOBEJÓN HERRERO. 2001. *El comercio internacional*. Madrid: AKAL.
- MICHAELY, M. 1962. Multilateral balancing in international trade. *American Economic Review*, 52: 658-702.
- NEVEN, D. J.; RÖLLER, L-H. 1991. European Integration and Trade Flows. *European Economic Review*, 35: 1295-1309. [https://doi.org/10.1016/0014-2921\(91\)90120-8](https://doi.org/10.1016/0014-2921(91)90120-8)
- OLIVEIRA, M. M. 2003. *El comercio agrícola de la Unión Europea y sus condiciones estructurales*. Tesis Doctoral. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.

- RODRIGUES, W. 2004. A organização mundial do comércio e as negociações do setor agrícola. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá. *Anais...* Piracicaba: SOBER.
- SAPIR, A. 1996. The effects of Europe's internal market program on production and trade: a first assessment. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 132(3): 457-475. <https://doi.org/10.1007/BF02707508>
- SARQUIS, J. B. S. 2011. Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão.
- SECEX. 2012. *Balança comercial por Unidade da Federação*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2012.
- SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. de. 2011. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008. *Revista Perspectiva Econômica*, 7(1): 42-54. <https://doi.org/10.4013/pe.2011.71.04>
- TORSTENSSON, J. 1991. Quality differentiation and factor proportions in international trade. In: ROBINSON, E.A.G. (ed.). *Economic consequences of the size of nations*. London: Mac Millan.
- TRUMAN, E. M. 1975. The effects of European economic integration on the production and trade of manufactured products. In: BALASSA, B. (ed.). *European Economic Integration*. Amsterdam: North-Holland.
- VERDOORN, P. J. 1960. The intra block trade of Benelux. In: ROBINSON, E.A.G. (ed.). *Economic consequences of the size of nations*. London: Mac Millan. p. 291-321.
- VOLLRATH, T. L. 1989. Competitiveness and protection in world agriculture. *Agriculture Information Bulletin*, USDA, 567.

Submetido: 22/06/2016

Aceito: 08/03/2017